

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

Companhia Aberta
CNPJ 33.938.119/0001-69 NIRE 3330008217-4

Informações periódicas e eventuais em cumprimento aos artigos 6º, 9º, 10, 12, 13 e seguintes da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Propostas da Administração
CEG

Informações relativas às propostas da administração, que serão submetidas à aprovação na AGO da Companhia, que será realizada em 25 de abril de 2019.

Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício 2017
CEG

Informações relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2018, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, § 1º, II, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009 (anexo 9-1-II).

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do Exercício correspondeu à: **R\$ 173.110.220,06** (cento e setenta e três milhões, cento e dez mil, duzentos e vinte reais e seis centavos).

Além do lucro líquido do exercício, observando o disposto no artigo 201 da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia, propõem uma distribuição adicional no valor de R\$ 176.189.779,97, proveniente de parte da Reserva da Expansão. A Reserva de Expansão da Companhia, após essa redução, ainda permanecerá com um saldo de R\$ 476.925.547,35, que é suficiente para manter a previsão de investimentos prevista no orçamento anual aprovado. Assim, não se faz necessária retenção de lucro do exercício de 2018 para constituição de reservas, conseqüentemente não sendo necessária a elaboração de Orçamento de Capital. O valor total de pagamento aos acionistas proposto pela Administração da Companhia, somando-se o valor do Lucro Líquido de 2018 e o Valor da distribuição de parte da Reserva de Expansão corresponde a R\$ 349.300.000,00.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

- a) **R\$ 85.162.295,43 destinados a distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP)** a todos os acionistas que líquido de imposto representa R\$ 73.523.791,99 (aprovados na AGE em 11.12.2018), a serem pagos em parcela única em 25 de julho de 2019 (0,32801973 bruto por ação);
- b) R\$ 8.655.511,00 destinados a constituição da reserva legal;
- c) **R\$ 79.292.413,60 a serem distribuídos como dividendos** a todos os acionistas em parcela única a ser paga em 18 de dezembro de 2019 (R\$ 0,30541070 por ação);
- d) **R\$ 176.189.779,97 a serem distribuídos como dividendos proveniente da Reserva de Expansão** em parcela única a ser paga em 18 de dezembro de 2019 (R\$ 0,67863042 por ação).

Assim, o **valor total de Dividendos por ação** proposto a ser pago aos acionistas, nas datas acima apontadas, **corresponde a R\$ 0,98404112**. E o valor total do payout, bruto por ação, considerando-se ainda a parcela de JCP corresponde a R\$ 1,31206085.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do Exercício a ser distribuído de acordo com a proposta corresponde a 100%, considerando-se os descontos legais (reserva legal).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2018, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

Conforme descrito no item 01 acima, além do lucro líquido do exercício, observando o disposto no artigo 201 da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia, propõem uma distribuição adicional no valor de R\$ 176.189.779,97, proveniente de parte da Reserva da Expansão. (R\$ 0,67863042 por ação).

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Todas as ações da Companhia são ordinárias.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

a) Os juros sobre o capital próprio (JCP) serão pagos em parcela única em 25 de julho de 2019;

b) Os dividendos serão pagos em parcela única em 18 de dezembro de 2019.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os JCP da Companhia.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento de Dividendos os acionistas da Companhia que detenham ações na data da AGO/E e AGE que os aprova.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica. Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2017, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Comparativo de valores por ação (R\$)*	2018**	2017	2016	2015
Lucro do Exercício	0,66673752	1,30507437	1,1197058	0,0054767
Dividendos	0,98404112	0,55707191	0,4881862	0,68560000
JCP	0,32801973	0,31254075	0,2970105	0,00087534

*Todas ordinárias

OBS: Para informação de JCP e Dividendos, foram excluídas as ações em tesouraria

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal: R\$ 8.655.511,00 destinados a constituição da reserva legal;
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: Reserva legal: 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido da reserva de capital, de que trata o parágrafo primeiro do art. 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
 - Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
 - Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
 - Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica. A Companhia possui apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Dividendos Obrigatórios: 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício após as deduções previstas no estatuto, e/ou acréscimos previstos no art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme o caso deve ser distribuído na forma de dividendos a todos os seus acionistas, observada a legislação aplicável e as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários. Tais direitos estão sendo integralmente pagos a todos os acionistas e não houve montante retido, por nenhum motivo.
- Informar se ele está sendo pago integralmente
Como o *payout* proposto corresponde a 100% do lucro, considerados os descontos legais, o dividendo obrigatório de 25% está sendo pago integralmente.
- Informar o montante eventualmente retido
Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- Informar o montante da retenção.
- Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;
- Justificar a retenção dos dividendos
Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- Identificar o montante destinado à reserva
- Identificar a perda considerada provável e sua causa
- Explicar porque a perda foi considerada provável
- Justificar a constituição da reserva
Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- Identificar o montante destinado à reserva
- Descrever como o montante foi calculado
Não se aplica

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- Identificar o montante da retenção
- Fornecer cópia do orçamento de capital
Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- Informar o montante destinado à reserva.
- Explicar a natureza da destinação
Não se aplica.

Demonstração dos valores propostos:

Distribuição dos Resultados de 2018			
Pay Out Preliminar			
MR\$	Pay out 2017	Pay out 2018	Variação % Previsto 18 / Real 17
<i>Resultado após IR e CSL</i>	338,85	173,11	-48,9%
<i>(-) Reserva Legal</i>	(16,31)	(8,66)	
Base de Cálculo	322,53	164,45	
<i>JCP Bruto</i>	81,14	85,16	5,0%
<i>Dividendos</i>	144,63	79,29	-45,2%
<i>Reserva de expansão</i>	0,00	176,19	
Total	225,77	340,64	50,9%
PAY OUT (%)	70,00%	207,14%	

Proposta de Eleição dos Membros do Conselho de Administração e da Instalação e eleição dos Membros do Conselho Fiscal

CEG

Informações relativas à eleição dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 10 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

Destacamos abaixo as informações relativas à eleição dos candidatos a Membros do Conselho de Administração, **indicados pela administração ou pelos acionistas controladores**.

Destacamos que o Acionista Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (detentor de 8,8% das ações da companhia) e o Acionista Pluspetrol Energy S/A (detentor de 2,2% das ações da Companhia), poderão indicar, cada um deles, 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, caso seja requerida na forma do art. 141 da Lei 6.404/76. O Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) também poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, e mais 03 representantes em conformidade com o Acordo de Acionistas de que é parte, podendo indicar no total 04 membros para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ocorrendo a eleição pelo processo de voto múltiplo o Conselho de Administração da Companhia será composto por 12 (doze) assentos.

Eleição dos Membros do Conselho Fiscal

Destacamos a seguir as informações relativas à eleição dos Membros do Conselho Fiscal, a ser instalado para funcionamento pelo prazo de 01 ano – conforme previsão estatutária – **indicados pela administração ou pelos acionistas controladores**, com mandato de 01 ano, destacando que o Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho Fiscal da Companhia, que deve ser instalado com 03 (três) assentos.

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: **a.** nome; **b.** idade; **c.** profissão; **d.** CPF ou número do passaporte; **e.** cargo eletivo ocupado; **f.** data de eleição; **g.** data da posse; **h.** prazo do mandato; **i.** outros cargos ou funções exercidos no emissor; **j.** indicação se foi eleito pelo controlador ou não.

INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Antonio Gallart Gabás		Engenheiro	-	Presidente do Conselho	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Bruno Armbrust	54	Arquiteto	676.200.607-82	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Katia Brito Repsold	48	Engenheira	028.239.027-83	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Rita Ruiz de Alda Iparraguirre	32	Economista	-	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Rafael Pablo Salas Cox	65	Advogado	-	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Gonzalo Ignacio Soto Serdio	44	Engenheiro	-	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Jorge Henrique da Silva Baeta	55	Administrador	551.773.957-15	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Miguel Marcelo Napolitano	56	Tecnólogo Mecânico	027.043.778-98	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Eduardo Cardenal Rivera	50	Engenheiro	060.414.757-00	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Márcio Gomes Vargas	46	Contador	022.400.247-39	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Bruna Maria Guimarães de Souza	34	Advogada	114.427.107-05	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim
Christiane Delart	41	Engenheira	051.941.687-21	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	DIR	Sim

DIR – Diretoria

INDICADOS AO CONSELHO FISCAL DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL								
Renato Achutti	58	Engenheiro Mecânico com especialização em finanças	334.651.420-04	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Felipe Kfuri Moreira da Silva	43	Advogado	028.532.207-96	Efetivo	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL								
Paulo Andrade Rodrigues	66	Contador	093.083.427-53	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim
Wagner Mendes Costa	73	Engenheiro	100.989.507-97	Suplente	25/04/2019	24/04/2020	Não	Sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não há comitês estatutários comitês de auditoria, de riscos, financeiro e de remuneração instalados na companhia.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer: a. currículo, contendo as seguintes informações: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

ANTONIO GALLART GABÁS

Presidente do Conselho de Administração

Nascido em Lleida, em 1960, é formado em Engenharia Industrial, com especialização em Organização Industrial, pela Universidad Politécnica de Cataluña e MBA pela IESE Business School (universidade de Navarra). Atuou no setor de produtos químicos na empresa Air Products and Chemicals, onde foi vice-presidente e na Carbuos Metálicos, onde foi Chefe de Divisão e Diretor Administrativo de algumas de suas afiliadas. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em outubro de 2007, onde atualmente atua como Diretor Administrativo de Recursos.

BRUNO ARMBRUST

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 06.02.1961. CPF/MF nº 676.200.607-82. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades

KATIA BRITO REPSOLD

Formada em Engenharia Industrial Mecânica em 1992 e Mestre em Tecnologia Mecânica ambos pela CEFET em 1999, ingressou no Grupo Gás Natural em 2001, onde atuou na área de gestão de redes ocupando o cargo de Diretora de Gestão de Redes; assistência a clientes, onde ocupou o cargo de Diretora de Serviços a Clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado também em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. e CBV Indústria Mecânica S/A.

RITA RUIZ DE ALDA IPARRAGUIRRE

Nascida em Navarra, na Espanha, em 1987, é economista formada pela Universidade de Navarra (Espanha), além de HEC, Universidad de Lausanne (UNIL) e UTS, Universidad Tecnológica de Sídney. Foi auditora sênior na KPMG. Ingressou no Grupo Naturgy em 2014 no Programa de Management Staff – DG Económico Financiero /DG Neg. Mayoristas. Atualmente ocupa o cargo de Controller Negocios Regulados Latam Sur do Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy.

RAFAE PABLO SALAS COX

Nascido em 1964 é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Especialista em direito público e regime jurídico de concessionárias de serviços públicos de gás e eletricidade. Com 30 anos de experiência no grupo CGE, adquirido pela Naturgy em 2014, atualmente ocupa o cargo de Diretor Sul – América Latina (Chile, Brasil, Argentina e Peru) dos Serviços Jurídicos do Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy.

GONZALO IGNACIO SOTO SERDIO

Nascido no Chile em 1975, é engenheiro civil industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Possui experiência em logística, área comercial e finanças. Foi Diretor em empresas de energia elétrica, gás liquefeito e gás natural no Chile e na Argentina. Está no Grupo CGE do Chile há mais de 18 anos, o qual foi adquirido pelo Grupo Gás Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, em 2014, ocupando atualmente o cargo de Diretor Económico Financeiro para o Chile.

SUPLENTES

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão

Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós-Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós-Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

EDUARDO CARDENAL RIVERA

Nascido em Barcelona, Espanha, em 18/07/1968, é formado em engenharia industrial pela Escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona. Em 2008 concluiu especialização na IESE – Business School – SP. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa em 1998, atuando como Gerente Comercial na Gás Natural México (1998-2000), Gerente de Grandes Clientes na Gas Natural Metrogas - ME (2000-2002), Gerente de Assistência Técnica à Clientes (2002-2003), Gerente na Gas Natural COML – Madri (2003-2006), ocupou o cargo de Diretor Geral da Companhia Gás Natural São Paulo Sul (2007-2012), e em 2009 assumiu também a Diretoria Comercial da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG e da CEG RIO S/a, acumulando os cargos até 2012, passando a Diretor de Operações da CEG em 2017.

MÁRCIO GOMES VARGAS

Nascido no Rio de Janeiro em 1973, é contador formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Possui especialização em Finanças (MBA Finanças Corporativas-FGV). Ingressou na Companhia em 2007 tendo ocupado os cargos de Gerente de Finanças, Gerente de Contabilidade e atualmente ocupa o cargo de Gerente de Controller. No Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIU foi membro efetivo do Conselho Fiscal de 2008 a 2010; e desde 2016 é Diretor Superintendente.

BRUNA MARIA GUIMARÃES DE SOUZA

Nascida no Rio de Janeiro em 1985, é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre 2007 e 2010 atuou na Diretoria de Regulação da área de Telecomunicações na empresa Telemar Norte Leste S/A. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em 2012, na Diretoria de Serviços Jurídicos atuando na área de direito público com foco na regulação do serviço público de distribuição de gás canalizado, realizando a interface entre as Concessionárias CEG e CEG RIO e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA). Em 2017, assumiu função de Coordenadora Jurídica, fazendo a gestão de temas e processos estratégicos das empresas do Grupo.. É membro da Comissão de Estudos Regulados da OAB/RJ e do Compliance Woman Committee. É Conselheira Suplente do Gasius, certificada como Conselheira com Ênfase em Administração pelo ICSS até Junho de 2021 (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social).

CHRISTIANE DELART

Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é Engenheira Civil com MBA em Gestão Empresarial e Pós-graduação em Engenharia de Dutos. Há 20 anos no Grupo Gas Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, passou pelas áreas de Operações domiciliares, Atendimento a Clientes, Exploração de gás e atualmente é Gerente de Gestão do Sistema de Distribuição.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

RENATO ACHUTTI

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

SUPLENTES

PAULO ANDRADE RODRIGUES

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

WAGNER MENDES COSTA

Nascido em Minas Gerais, viúvo, engenheiro mecânico, 04/08/1946, Ingressou na Companhia ainda Estatal em 1973 como engenheiro, permaneceu na Companhia após a sua privatização e foi chefe da Divisão de Análise Econômica, Gerente dos Departamentos de Controle e Financeiro, Diretor Financeiro, Gerente de Relações Trabalhistas, e Gerente de Fundos de Pensão até Janeiro de 2018. Foi Diretor Superintendente do Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS pelo período de junho de 2004 a junho de 2016. Posteriormente ocupou o cargo de membro suplente do Conselho Deliberativo do GASIUS com mandato de junho de 2016 a janeiro de 2018.

<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administrador do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.</p> <p>Não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações acima mencionadas.</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor</p> <p>Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p> <p>Há grau de subordinação entre as Diretorias da Companhia e a Diretoria Geral para a América Latina mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.</p> <p>Não há.</p>

Proposta de Remuneração dos Membros da Administração
CEG

Informações relativas à remuneração da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 12 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Proposta de Remuneração do Conselho de Administração

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho de Administração, no valor de R\$ 2.293.774,10.

Proposta de Remuneração do Conselho Fiscal

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal, no montante de R\$266.720,93.

Informações do item 13 do Formulário de Referência

<p>13. Remuneração dos administradores</p>
<p>13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:</p>
<p>a. objetivos da política ou prática de remuneração;</p> <p>Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.</p> <p>A Companhia possui para a diretoria um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.</p>
<p>b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração; v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.</p> <p>Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente. A proposta para fixação dos valores da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia prevê um aumento de 3,75% frente ao ano anterior, relativo à correção pelo índice de inflação IPCA acumulado no ano anterior.</p> <p>Os Conselheiros de Administração indicados pelo acionista BNDESPAR, que integrem o seu corpo de funcionários, não recebem remuneração por força de política interna do acionista. Os membros independentes farão jus a remuneração.</p> <p>A Companhia aplica para a diretoria um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.</p>
<p>c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;</p> <p>Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.</p> <p>Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o cumprimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.</p>

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

Para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias, cumprindo-se a legislação societária no que couber.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** remuneração segregada em: **(i)** remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore; benefícios diretos e indiretos; remuneração por participação em comitês; outros; **(ii)** remuneração variável, segregada em: bônus; participação nos resultados; comissões; outros; **(iii)** benefícios pós-emprego; **(iv)** benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos, acima requeridos, para a composição de sua remuneração, apontando-se abaixo a remuneração fixa anual global.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG* (R\$)				
Global ano				
2015	2016	2017	2018	2019**
234.936,36	234.936,36	249.713,86	257.080,42	266.720,93
*Total de 3 membros efetivos **Proposta				

Remuneração do Conselho de Administração CEG* (R\$)				
Global ano				
2015	2016	2017	2018	2019**
939.745,44	1.040.016,28	1.105.433,30	2.210.866,60	2.293.774,10
*Total de 12 membros efetivos **Proposta				

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva (R\$)	2018	2019
Número de membros	10	8
Número de membros remunerados	10	8
Remuneração Fixa Anual	5.642.475	3.999.193
Salário ou pró-labore	4.908.001	3.378.027
Benefícios diretos e indiretos	734.474	621.166
Remuneração Variável (em Reais)	1.432.163	832.109
Bônus	1.086.727	664.987
Outros	345.436	167.122
Benefícios pós-emprego	589.679	601.472
Total	7.664.317	5.432.773

Acrescidos dos encargos trabalhistas vigentes

(v) remuneração baseada em ações

Não há remuneração baseada em ações.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2016	2017	2018	2019**
Conselho de Administração	12	12	1.040.016,28	1.105.433,30	2.210.866,60	2.293.774,10
Conselho Fiscal	3	3	234.936,36	249.713,86	257.080,42	266.720,93
Diretoria	10	8	7.313.314,00	7.135.471,00	7.664.317,00	5.432.773

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2016	2017	2018	2019**
Conselho de Administração	12	12	1.040.016,28	1.105.433,30	2.210.866,60	2.293.774,10
Conselho Fiscal	3	3	234.936,36	249.433,30	257.080,42	266.720,93
Diretoria	10	8	7.313.314,00	7.135.471,00	7.664.317	5.432.773
Total	25	23	8.588.266,64	8.490.337,60	10.132.264,02	7.993.268,03

13.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação ao bônus: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; **d.** em relação à participação no resultado: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado. Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2019 (Previsão)	2018	2017	2016
Número de membros	8	10	10	10
Bônus	664.987	1.086.727	1.119.775	1.449.941
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	12.978	29.969	93.299	97.877
Valor máximo previsto no plano de remuneração	184.725	323.643	314.370	333.060
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	167.122	345.436	335.538	260.758

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: **a.** termos e condições gerais; **b.** principais objetivos do plano; **c.** forma como o plano contribui para esses objetivos; **d.** como o plano se insere na política de remuneração do emissor; **e.** como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; **f.** número máximo de ações abrangidas; **g.** número máximo de opções a serem outorgadas; **h.** condições de aquisição de ações; **i.** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; **j.** critérios para fixação do prazo de exercício; **k.** forma de liquidação; **l.** restrições à transferência das ações; **m.** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; **n.** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	114.503
Diretoria Executiva	237
Conselho Fiscal	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação a cada outorga de opções de compra de ações: **(i)** data de outorga; **(ii)** quantidade de opções outorgadas; **(iii)** prazo para que as opções se tornem exercíveis; **(iv)** prazo máximo para exercício das opções; **(v)** prazo de restrição à transferência das ações; **(vi)** preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; **d.** valor justo das opções na data de outorga; **e.** diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **(i)** quantidade; **(ii)** data em que se tornarão exercíveis; **(iii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iv)** prazo de restrição à transferência das ações; **(v)** preço médio ponderado de exercício; **(vi)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **d.** em relação às opções exercíveis: **(i)** quantidade; **(ii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iii)** prazo de restrição à transferência das ações; **(iv)** preço médio ponderado de exercício; **(v)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **(vi)** valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação às opções exercidas informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de exercício; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; **d.** em relação às ações entregues informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de aquisição; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: **a.** modelo de precificação; **b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; **c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; **d.** forma de determinação da volatilidade esperada; **e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** nome do plano; **d.** quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; **e.** condições para se aposentar antecipadamente; **f.** valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **g.** valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **h.** se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2018, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.510.092,05
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2017, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	132.371,43
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até dezembro de 2018 foi de R\$ 361.324,80 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 9 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10 , 15 ou 20 anos.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: **a.** órgão; **b.** número de membros. **c.** valor da maior remuneração individual; **d.** valor da menor remuneração individual; **e.** valor médio de remuneração individual.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2019 (Previsão)	2018	2017	2016
Valor da maior remuneração anual R\$	793.193	1.218.650	1.045.959	1.039.677
Valor da menor remuneração anual R\$	177.685	276.171	339.761	305.178
Valor médio da remuneração anual R\$	422.253	490.800	466.750	470.223

OBS: Os valores indicados incluem benefícios de qualquer natureza.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia.

13.16. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2016	2017	2018	2019**
236.210,51	251.068,15	258.474,66	268.167,46
* Total de 05 membros **Proposta			

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2016	2017	2018	2019**
330.694,71	351.495,41	361.864,52	375.434,44
* Total de 07 membros **Proposta			

13.17. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes que já não tenham sido informadas.

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

CEG

Informações relativas aos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, III, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2016**, o Brasil começou a superar a grave crise política que culminou ao final do mês de agosto no *impeachment* da Presidente, após menos de 02 anos de sua reeleição. Esta crise política acentuou a crise econômica e a recessão que o país já vinha enfrentando desde 2015. Com a posse do Vice-Presidente no cargo de Presidente da República. O novo governo adotou medidas visando a estabilização da economia, dentre elas destaca-se a adoção de um teto para o gasto primário da União, pelo prazo de 20 anos, por meio de uma Emenda à Constituição, aprovada pelo Senado. Além disso, iniciou-se o debate para uma reforma no sistema Previdenciário, visando a sustentabilidade das contas públicas no futuro do país. Como resultado da melhora na confiança nas medidas adotadas, verificou-se uma redução da cotação do Dólar frente a moeda brasileira ao final de 2016, fechando a R\$ 3,25. A inflação medida pelo IPCA também apresentou melhora fechando 2016 em 6,29% (em 2015 fechou em 10,67%). A SELIC começou a ser reduzida em outubro, depois de um ciclo de aperto monetário. Nos últimos 02 anos, o índice de desemprego que alcançou em 2016 o número de 12,3 milhões de desempregados (12% da força de trabalho do país). Para o Rio de Janeiro, 2016 foi um ano histórico pelo fato da cidade receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Foi a primeira vez que uma cidade de América do Sul foi responsável pela organização deste evento esportivo de importância mundial. O megaevento transcorreu com sucesso e elogios da imprensa e do público internacional, apesar de ter enfrentando alguns protestos na véspera de sua realização. Movimentou-se cerca de US\$ 1,8 bilhão na economia fluminense e 1,17 milhão de turistas visitaram a cidade. Foram incorporadas na cidade importantes melhorias na área de transporte e soluções habitacionais, com a expansão da rede de metro e de BRT, criação do VLT e a revitalização da região do Porto do Rio de Janeiro com a construção do Porto Maravilha. Além disso, a Ceg foi a fornecedora oficial de gás para os Jogos Olímpicos atendendo a Vila dos Atletas, Parque Olímpico e também fornecendo o gás que manteve a Pira Olímpica acesa durante todo o período dos Jogos.

No setor de óleo e gás, 2016 foi marcado pela intensificação da queda da cotação do barril do petróleo no início do ano, quando o Brent chegou a casa dos US\$ 35, apresentando recuperação ao final do ano, ficando na casa dos US\$ 50 o barril. A Petrobras, única fornecedora de gás natural da Ceg, teve mudança no seu comando diretivo e avançou em temas sensíveis, entre outros: a reestruturação de seu modelo de governança, a implantação de uma nova política de preços e o programa de desinvestimentos com a venda de mais de US\$ 10 bilhões em ativos, só em 2016. Esses avanços se refletiram na mudança da percepção do mercado. No processo de desinvestimento foram incluídos ativos-chaves do setor de gás natural, como a participação nas distribuidoras estaduais e o controle da propriedade dos gasodutos da malha sudeste. Neste cenário, o Governo lançou o plano “Gás para Crescer”, que visa a liberação dos mercados de gás introduzindo mudanças estruturais que viabilizarão um maior investimento e participação privada em toda a cadeia (produção, comercialização, importação, transporte e distribuição) do setor de gás natural.

Em continuidade com o desenvolvimento dos recursos do Pré-sal a produção de petróleo e gás do país alcançou em dezembro de 2016 um novo patamar recorde de 3.433 Mboe/dia com um crescimento de 8,5% frente ao mesmo mês de 2015. O Pré-sal consolida um avanço considerável, sendo responsável por 46% da produção total do país. A produção nacional total de gás natural cresceu 7,5% no ano, superando o patamar de 110 Mm3/dia. Embora em 2016 tenha sido necessária importar gás natural da Bolívia (média de 30 Mm3/dia) a menor demanda para geração elétrica térmica causou uma queda expressiva dos volumes importados de GNL, que passaram de 18 Mm3/dia em 2015 a 4 Mm3/dia em 2016. De acordo com a Abegás, o volume de gás natural consumido no país experimentou queda de 21%, impactada principalmente pela redução de 40% ao ano da demanda para geração termelétrica. O menor crescimento da demanda elétrica e a recuperação dos reservatórios das hidroelétricas reduziu significativamente a venda de gás natural para este segmento. O setor industrial, em consonância com a recessão econômica, sofreu queda de 10% no consumo de gás natural no ano. Os setores industrial e termelétrico continuam sendo a principal fonte de demanda do mercado de gás com uma participação de 42% e 35% respectivamente. Por outro lado, os segmentos residencial e comercial continuaram com crescimento de demanda provocada pela contínua expansão dos mercados de distribuição. O número de clientes nesses segmentos cresceu 8% em 2016, com destaque para o segmento residencial que superou a marca de 3 milhões de clientes em todo o Brasil. A demanda de gás do segmento residencial cresceu 15% em 2016, de acordo com a Abegás. Após mais de 5 anos consecutivos de queda, o segmento de gás natural veicular (GNV) experimentou um crescimento de 3% em 2016. Ainda, segundo a Abegás, a normalização da política de preços da gasolina da Petrobras teve um impacto favorável na demanda deste combustível no setor automotivo.

Em **2017**, a economia deu os primeiros passos para superar a crise iniciada a partir do segundo semestre de 2014 que mergulhou o país numa grave recessão. Isso porque, embora baixo, o PIB apresentou um crescimento de 1% em 2017, representando um avanço após dois anos consecutivos de queda no crescimento da economia e indicando o fim da recessão. Observa-se uma retomada dos setores produtivos,

mas ainda lenta, insuficiente para absorver as 13 milhões de pessoas que chegaram ao final do ano desempregadas. A taxa de desemprego média de 2017 medida pela PNAD Contínua do IBGE ficou em 12,7%. Maior índice da série histórica, iniciada em 2012. O Governo adotou medidas pontuais visando aquecer a economia, como a *liberação do saldo de contas inativas do FGTS* de cerca de 30 milhões de brasileiros para incentivar o consumo e o *lançamento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)*, mais conhecido como novo Refis, para pessoas jurídicas e físicas, visando a regularização de débitos com a Receita Federal. Contudo, as reformas estruturais necessárias caminharam em ritmo lento. A Reforma Tributária não saiu do papel, limitando-se praticamente à adoção do teto para os gastos públicos federais aprovada em 2016. Mesmo com essa medida, o rombo nas contas públicas chegou a R\$ 159 bilhões em 2017. A Reforma Trabalhista foi aprovada, porém com menos alterações do que apontavam as expectativas e entrou em vigor somente em novembro de 2017, mas indica um avanço na contenção do desemprego. E a Reforma Previdenciária foi adiada para 2018, mas ainda impulsiona uma expectativa positiva para o equilíbrio dos gastos públicos. Ainda assim, se observou a recuperação da confiança no país e o otimismo do mercado financeiro, que podem ser medidos pela valorização de 26% do Ibovespa no ano, que voltou ao patamar de 76 mil pontos. Esse resultado decorre da recuperação da produtividade da indústria e do agronegócio (com novos recordes de colheitas) e da expectativa sobre a aprovação da Reforma da Previdência (em 2018), além da expectativa sobre uma simplificação tributária prometida pelo Governo. A taxa básica de juros foi reduzida para 7% no ano, o menor nível da história e, a inflação medida pelo IPCA fechou 2017 em 2,95%, muito abaixo do índice verificado em 2016 (6,29%), lembrando que em 2015 encerrou o ano em 10,67%. O Dólar fechou o ano com alta de 1,99%, a R\$ 3,314. Diversos fatores influenciaram a variação da cotação da moeda em 2017, entre eles três aumentos da taxa de juros nos Estados Unidos e a delação premiada de executivos da JBS em processos da Lava Jato, que abalaram a imagem do Governo Federal e chegaram a causar uma alta de 8,15%, sendo cotada a R\$ 3,389, valor máximo no ano. A Crise enfrentada também pelos Governos estaduais – desde 2016, quando os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul decretaram estado de calamidade financeira – não foi superada. O Estado do Rio de Janeiro ingressou no RRF – Regime de Recuperação Fiscal lançado pelo Governo Federal, em meados de 2017, através da Lei Complementar 159/2017 regulamentada pelos Decretos 9.109/2017 e 9.112/2017. O plano implica no compromisso de o Estado iniciar reformas econômicas estruturantes e na adoção de medidas que permitam sua sustentabilidade financeira no longo prazo. O socorro ao Estado do Rio de Janeiro permitiu ao Governo Estadual, gradativamente, começar a colocar as contas em dia, conseguindo ao menos reduzir os atrasos nas folhas de pagamentos dos servidores públicos somente ao final de 2017. Entre os compromissos assumidos com o Governo Federal para o recebimento da ajuda pelos próximos 03 anos, está a venda da CEDAE, aprovada pela ALERJ, e a reforma nas regras de aposentadoria do funcionalismo público, assuntos que foram acompanhados de manifestações populares contrárias à decisão.

No setor de óleo e gás, o ano de 2017 foi marcado pelo resultado da 14ª rodada de licitações de blocos do pós-sal em setembro de 2017, que resultou na assinatura de 32 contratos de concessão de exploração de petróleo e gás, com a arrecadação de R\$ 3,8 bilhões. Além disso, a Petrobras colocou em prática sua nova política de preços de combustíveis, pautada na flutuação da *commodity* e que vem resultando em consecutivos aumentos no mercado nacional, segundo o seu atual Presidente, Pedro Parente, necessários à saúde financeira da petroleira. A cotação do barril do Petróleo se manteve estável ao longo do ano de 2017, sem grandes flutuações, como observado no período compreendido entre o segundo semestre de 2014 a janeiro de 2016, quando caiu da casa dos US\$ 100,00 para a casa dos US\$ 30,00, recuperando-se somente ao final de 2016 quando chegou a ser cotado na casa de US\$ 50,00. Ao final de 2017, o Brent fechou cotado a US\$64,21 o barril, com um pequeno aumento frente ao valor da cotação em dezembro de 2016 (US\$ 54,07). A Petrobras deu continuidade aos programas internos implantados em 2016 visando a nova política de preços, a reestruturação de seu modelo de governança e plano de desinvestimentos até 2019 e, obteve alguns resultados positivos, a começar pela recuperação de sua imagem. As ações preferenciais (PETR4) que em janeiro de 2016 foram cotados ao menor valor histórico chegando a casa dos R\$ 5 e ao final de 2017 estavam cotadas a R\$ 16,10, no mês de fevereiro de 2018 já estava cotada na casa dos R\$ 20. A produção média de Petróleo no país foi de 2,15 milhões de barris por dia (bpd), ou seja, 0,4% acima do resultado de 2016, volume recorde e que está de acordo com a meta estimada pela Petrobras. A produção de gás natural da Petrobras também atingiu volume recorde de 79,6 milhões de metros cúbicos por dia (Mm³/d). Na camada do pré-sal, a média anual da produção operada, que abrange a parcela da Petrobras e parceiros, somou 1,29 milhão de bpd, um avanço de 26% frente ao ano anterior.

O plano “Gás para Crescer” lançado pelo Governo em 2016, que visa a liberação dos mercados de gás introduzindo mudanças estruturais para viabilizar um maior investimento e participação privada em toda a cadeia (produção, comercialização, importação, transporte e distribuição) apresentou avanço com a criação de 08 subcomitês temáticos, em 2017, que compõem o Comitê Técnico para Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN). O Objetivo do CT-GN e seus subcomitês é propor medidas que garantam uma transição gradual para o setor, antes monopolizado pela Petrobras, assim, tais órgãos devem avaliar propostas que envolvam alterações legais e regulatórias do setor.

De acordo com a Abegás, o volume de gás natural consumido no país experimentou um crescimento de 7,2% em comparação com 2016, sendo consumidos 65,85Mm³/dia no ano, frente ao total de 61,43 Mm³/dia no ano anterior. Todos os setores apresentaram incremento de consumo, o que demonstra a recuperação das atividades produtivas do país e da economia. A indústria teve um crescimento de 3,28% no consumo nacional frente a 2016; o consumo de GNV – Gás Natural Veicular apresentou aumento de 8,74% em 2017 consolidando sua curva de crescimento observada nos últimos 24 meses, impactado pelo aumento frequente dos valores dos demais combustíveis; no setor comercial o consumo teve uma alta de 5,73%; no residencial o desempenho mostra um incremento de 5,56%; na geração elétrica o aumento foi de 37,88% frente a 2016; na cogeração o incremento foi de 11,63% frente a 2016. Os destaques de crescimento de consumo da região Nordeste do país, segundo o levantamento da Abegás, foram nos segmentos automotivo (7,8%) e de geração elétrica (15,6%), este último impactado, ainda, pela nova redução dos níveis de reservatórios de água na região ao longo de 2017.

Em 2018, Em 2018 foi possível observar uma recuperação da economia, embora ainda lenta, com um aumento de 1,1% do PIB frente a 2017, e um índice de desemprego ainda elevado, em 12,3% ao final de 2018.

Nova redução da taxa básica de juros SELIC, de 7% para 6,5% no ano, representa novo recorde, atingindo o menor nível histórico. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu um pequeno aumento frente a 2017 fechando em 3,75%, porém dentro da meta do Governo.

Apesar de controlada, a inflação foi impactada pela disparada dos preços dos combustíveis e custo dos transportes, fatos que culminaram na greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias, no final de maio de 2018, paralisou o país e resultou no desabastecimento de alimentos, elevando os preços também de diversos itens de hortifrúti, afetando a produção, o consumo e assim o PIB de 2018.

O dólar atingiu altas históricas ao longo do ano, mas fechou cotado a R\$ 3,90. Em um contexto otimista do mercado, o Ibovespa fechou o ano com alta de 15%, cotado a 87.887,26 pontos.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2018, foi de 944,1 milhões de barris, com média diária de 2.586 Mbb/d, apresentando uma redução de 1% em relação a produção de petróleo realizada em 2017. Já a produção de gás natural, em 2018, correspondeu a 40,8 bilhões de m³, com média diária de 111 MMm³/d. Neste caso, apresentando um aumento de 1% em relação a 2017.

De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume total de gás natural consumido no país em 2018, com média de 64 milhões de m³/dia, foi 2,8% inferior ao volume consumido em 2017. Essa redução foi impactada pelo menor consumo das termelétricas (menos 11,4% frente a 2017), especialmente a partir de outubro de 2018, após a decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de desligar as termelétricas despachadas fora da ordem de mérito.

Em todo o país, todos os demais segmentos consumiram volumes de gás acima do registrado em 2017. A indústria registrou um crescimento de 4,3% no consumo nacional frente a 2017, apontando para uma recuperação do setor. O consumo de gás natural veicular (GNV) apresentou aumento de 12,25% em 2018, favorecido pelo aumento frequente dos valores dos outros combustíveis e pela greve dos caminhoneiros, que causou escassez dos demais combustíveis e acabou por favorecer o aumento de conversões de veículos para o gás natural e, conseqüentemente, o aumento das vendas do setor. No comércio, o consumo nacional teve uma alta de 7,94%. O desempenho do consumo de gás residencial mostra um incremento de 7,05% e na cogeração de energia o aumento correspondeu a 7,28% frente a 2017.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 2017 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantidas as proporções das propriedades dos acionistas, conforme quadro abaixo:

Acionista	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em julho de 2018 o Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico desta empresa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, em dezembro de 2018, todas as empresas operadas e controladas pelo Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. A nova marca e identidade visual da CEG não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. A mudança de marca foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera e, desde o seu lançamento, passou a ser divulgada amplamente, a fim de informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da empresa, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa, que era de 43,3% em 2016, caiu para 40,6% em 2017, em razão principalmente, de um melhor resultado financeiro obtido em 2017, com a redução do custo financeiro, impactado principalmente pela redução da taxa Selic, que gerou menor gasto financeiro com dívida. Em 2018 o endividamento da Companhia passou a 37%.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro:

Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*.

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2015 e teve, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 mil com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, o restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	-	14.717
Linhas de crédito	902.779	905.864
	902.779	920.581
Total do passivo		
Circulante	227.979	283.282
Não circulante	674.800	637.299
	902.779	920.581

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Vencimento	Fn (*)	Lc (*)	31/12/2018		31/12/2017	
					Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional								
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	25/05/2021	-	100%	7.939	360.000	65.151	310.000
	CDI+1,2503%	03/06/2022						
	CDI+1,3997%	05/10/2020						
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+ 1,2%	16/04/2021						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	100%	-	-	-	14.717	-
Banco Santander S.A.	CDI+1,85%	12/07/2019	-	100%	143.604	-	-	132.499
	CDI+1,75%	12/07/2019						
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	-	100%	2.062	50.000	51.709	-
Banco Intesa San Paolo	9,70%	08/07/2020	-	100%	1.788	40.000	54.694	-
Banco Itaú	CDI+1,75%	20/04/2020	-	100%	674	44.800	745	44.800
Banco Scotiabank	CDI+1,25%	21/06/2021	-	100%	60.348	30.000	91.011	-
Total empréstimos e financiamentos					227.979	674.800	283.282	637.299

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2018	2017
2019	-	182.499
2020	334.800	454.800
2021	180.000	-
2022	160.000	-
	674.800	637.299

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2018	2017
Amortização	(14.654)	(24.522)
Encargo provisionado	72.014	103.693
Encargo pago	(75.162)	(96.879)
	(17.802)	(17.708)

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013 e vencimentos em 2018.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida: As receitas líquidas da Companhia em 2018 foram de R\$ 4.153.332 mil, o que representou um aumento de 8,40%, com relação a 2017, quando somaram R\$ 3.831.493 mil.

Lucro Bruto: O lucro bruto, em 2018, chegou a R\$ 1.022.818 mil, basicamente em linha em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 1.024.546 mil). A margem bruta corresponde a 24,63%, abaixo de 2017, que foi de 26,74%, portanto com uma redução de -7,89% na margem bruta frente ao ano anterior.

Lucro Operacional: A Companhia encerrou o ano de 2018 com um lucro operacional de R\$ 411.279 mil, com uma redução de R\$ 173.381 mil frente a 2017, quando o lucro operacional foi de R\$ 584.660 mil. Redução percentual de -29,66% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou 2018 em R\$ 173.110 mil, que representa uma redução de R\$ 165.737 mil, ou seja, -48,91% inferior a 2017. Foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado.

Resultado Financeiro: Com a lenta recuperação da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 7,00% para 6,50%, em 2018. Embora a empresa tenha reduzido os custos com a dívida, foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2018, o valor negativo de R\$ 161.778 mil, frente ao valor negativo de R\$ 106.443 em 2017. O endividamento da empresa, que era de 39% em 2017, passou para 37%, em 2018.

Lajida (Ebitda): Esse dado está de acordo com a forma de cálculo determinada pela Instrução Normativa 527/2012 CVM. O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 421.675 mil do ano de 2018 apresentou uma redução de -26,36% frente ao ano anterior.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinzenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2016**, o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015 não apresentou recuperação. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial desde 2015, o consumo de energia elétrica continuou afetado em 2016, observando-se na verdade um excedente de energia elétrica. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.591,9 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -26,1% no total frente a 2015, quando somaram 14.339,7 Mil m3/dia. Esse resultado negativo decorreu principalmente da redução de -36,3% nas vendas para a Geração Elétrica. As vendas de gás convencional apresentaram uma redução de -0,8% com relação a 2015, impactadas principalmente pelas vendas para a indústria. O número total de clientes da Ceg ao final de 2016 somou 907.309, havendo um aumento de 3,9% com relação a 2015, quando a Companhia encerrou o ano com 873.585 clientes. Desta forma, a diversificação de seus mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes em cada um dos segmentos garantem à Ceg melhores condições de suportar crises que afetem mais diretamente a um determinado seguimento.

Em **2017**, a economia começou a apresentar recuperação, assim as vendas de gás e o resultado da Companhia, em geral, foram positivamente impactados. O número de clientes ao final de 2017 somou 940.298, havendo um aumento de 3,64% frente a 2016, mantendo-se o ritmo de crescimento da Companhia. Mangaratiba passou a ser atendido em 2017 por meio do sistema de GNC e Japerí passou a ser abastecido através de rede de gás canalizado. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 13.072 Mil m3/dia, apresentando um aumento de 23,42%, frente a 2016, quando somaram 10.591,9 Mil m3/dia. As vendas de gás para o mercado convencional apresentaram um aumento de 6,58% com relação a 2016, puxado principalmente pelas vendas de GNV. Mas o resultado positivo das vendas decorreu principalmente do aumento de 33,88% nas vendas para a Geração Elétrica. Nesse sentido, tendo em conta a combinação de dois aspectos – a incipiente retomada da atividade industrial, que demandou maior consumo de energia elétrica no país, retornando ao acionamento das usinas termelétricas a gás; e associado a isso, a redução dos níveis de água nos reservatórios do Sudeste, que também levaram à necessidade de acionamento das termelétricas a gás – verificou-se a recuperação das vendas da Companhia para geração elétrica.

Em **2018**, não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2017, mantendo-se uma recuperação da economia ainda bastante lenta. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.515,80 m3/dia, apresentando uma redução - 11,91%, frente a 2017, quando somaram 13.072,30 Mil m3/dia. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-19,33%), conforme decisão do governo de reduzir o acionamento de termelétricas no curso de 2018. As vendas para o segmento industrial tiveram um recuo de -4,11% frente ao ano anterior, reflexo da importante redução no número de clientes (-41) no ano. Dos dez principais setores atendidos neste segmento na área de concessão da empresa, apenas Fundição/Siderurgia e Metalurgia apresentaram aumento do consumo de gás natural. As vendas totais para o comércio também sofreram uma redução, e neste caso, de -5,80%, frente a 2017, apesar do aumento total do número de clientes nesse segmento. E isso porque embora a empresa tenha passado a atender a novos 284 pequenos comércios, deixou de atender clientes comerciais de grande porte. O segmento residencial manteve o mesmo volume de crescimento observado em 2017 com um incremento de 1,23% em 2018, resultado principalmente do aumento do número de clientes residenciais no ano (14.114). Destaque para as vendas do segmento GNV que em 2018 apresentaram um aumento de 8,14% frente a 2017, melhorando o resultado das vendas convencionais no ano. Além de uma tarifa mais competitiva, a partir de 2014, e a ligação de mais 6 novos postos, o frequente aumento dos demais combustíveis favoreceu este resultado. Além disso, a greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias no final do mês de maio, causou a escassez dos demais combustíveis no Rio de Janeiro, naquele período, favorecendo as vendas e estimulando as conversões dos veículos para o GNV. O gás natural veicular é distribuído por rede de gasodutos e por isso não sofreu impacto de abastecimento pela ação da greve dos caminhoneiros. Nem mesmo os municípios atendidos por GNC deixaram de ser abastecidos pela empresa. Atualmente são abastecidos 465 postos

de GNV na região metropolitana do Rio de Janeiro. A empresa atingiu, em 2018, o total de 954.631 clientes, passando a atender a mais 14.333 novos clientes de todos os seguimentos em sua área de concessão, o que representa um aumento de 1,52% frente a 2017, quando o total de clientes era de 940.298. Esse aumento é resultado do esforço na captação de novos clientes tanto nas áreas já consolidadas, onde a empresa já possui rede de gás natural canalizado, como através da expansão de sua rede. O aumento líquido do número de clientes se deu em maior parte no segmento residencial, com um total de 14.114 novos clientes, seguido pelo segmento comercial que passou a atender a mais 254 clientes em 2018. No ano, também se observou um acréscimo de postos de GNV, num total de 6 novos postos abastecidos. No mercado industrial a empresa deixou de atender a 41 clientes, reduzido o total de indústrias de 300, em 2017, para 259 em 2018, reflexo ainda da crise econômica enfrentada desde o final de 2014 e a crise financeira do estado do Rio de Janeiro.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em **2016**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) até o terceiro trimestre de 2016 foi de manutenção da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 14,25% para 13,75%, em dezembro de 2016. A Companhia apresentou em 2016 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela manutenção da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2016, o valor negativo de R\$ 111.530 mil, frente ao valor negativo de R\$ 101.419 em 2015. A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 877.579 milhões em 2015 para R\$ 938.290 milhões em 2016. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2015, subiu para 43% em 2016.

Em **2017**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2017, foi de redução da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 13,75% para 7,00%, em dezembro de 2017. A Companhia apresentou em 2017 um menor custo financeiro, impactado principalmente pela redução da taxa Selic e em função da diminuição do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2017, o valor negativo de R\$ 106.443 mil, frente ao valor negativo de R\$ 111.530 em 2016. A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 938.290 milhões em 2016 para R\$ 920.581 milhões em 2017.

Em **2018**, com a lenta recuperação da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 7,00% para 6,50%, em 2018. Embora a empresa tenha reduzido os custos com a dívida, foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2018, o valor negativo de R\$ 161.778 mil, frente ao valor negativo de R\$ 106.443 em 2017.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em **2004 e 2005**, a Companhia assinou dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em **2009**, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em **2010** a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Entre **2011 e 2013** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005, e, concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio dos sistemas GNC e GNL a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os municípios mencionados naqueles aditivos.

Entre **2015 e 2018** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2018 não houve alteração no quadro societário da Companhia, não sendo realizada nenhuma das operações indicadas neste item.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2014: Transitou em julgado decisão do STJ, favorável à Companhia, declarando a ilegalidade da cobrança, pelo Município do Rio de Janeiro, da taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo, instituída através da Lei Municipal nº 4017/2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007. A cobrança resultava em uma obrigação mensal para a companhia no valor de R\$ 998 mil, com base no Decreto nº 28.887/07, que determinou a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás. Apesar da ação judicial em curso, em dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados a partir de julho de 2009 (pagamento já efetuado). Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. Em maio de 2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, a Companhia estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio de 2014, cessando o pagamento em junho de 2014, em razão da decisão favorável.

Entre **2015 e 2018** não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração entende que as novas orientações do CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*, exceto pelo *impairment* de contas a receber.

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2018, conforme tabela a seguir:

Mercado	Valor
Residencial	853
Comercial	4.642
Industrial	9.003
GNV	2.880
Órgão Público	4.595
Outros clientes	3.814
Total	25.788
Impostos 34%	8.768
Total do impacto líquido	17.020

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a CPC 47 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia realizou um estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afetou a forma de contabilização já existente.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Reconhecimento da receita da venda de gás

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras

Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.4 das DFs. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos. Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor

recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustada por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2018.

Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19 das DFs.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

Ainda está em fase de elaboração pelo auditor externo o Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao ano de 2018. Com a conclusão dos trabalhos a Companhia poderá complementar a informação no seu formulário de Referência.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

<p>iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>iv. contratos de construção não terminada</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>b. natureza e o propósito da operação</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:</p>

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Prela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Após a conclusão de projetos importantes previstos para o quinquênio 2013-2017 - visando atender a 02 novos municípios, Mangaratiba e Maricá, com GNC no sistema estruturante; e ao projeto de gaseificação do município de Japeri, os quais demandaram grandes investimentos em 2017, chegando a R\$ 274.318 mil – a empresa investiu, em 2018, um total de R\$ 154.099 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição.

O ritmo dos investimentos operacionais em 2018 sofreu uma desaceleração (-43,82%) frente a 2017, considerando-se que até dezembro ainda estava em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual será definido o volume de investimentos que a empresa deverá realizar ainda nos próximos 04 anos.

Desta forma, foram investidos R\$ 70.294 mil na renovação de redes de gás canalizado locais em 2018, um montante de -42,53% frente a 2017. Na expansão da rede foram investidos R\$ 71.202 mil, valor -34,94% inferior ao investido em 2017. A empresa também reduziu, em 30%, frente a 2017, seus investimentos em TI, Frota e Instalações, somando em 2018 um total de R\$ 12.603 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em **2008**, **2009** e **2011** não houve desinvestimentos.

Em **2010** foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Entre **2012** e **2016** não houve desinvestimentos.

Em **2017** foi concluída a venda de um terreno com 7.132,25 m² localizado no endereço Rua Pedro Jorio, nº 415, Coelho Neto, Rio de Janeiro, a qual foi realizada por meio de leilão eletrônico.

Em **2018** não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

<p>ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.</p>
<p>iii. projetos em desenvolvimento já divulgados</p> <p>Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.</p>
<p>iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.</p>
<p>10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.</p> <p>Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.</p>

* * * * *